

# Biopolítica, mídia e autoajuda: segredo ou sintoma?

Ieda Tucherman

**Resumo:** As relações entre mídia e biopolítica têm sido bastante exploradas, sobretudo no que toca à atuação na agenda feita pela mídia informativa. Neste texto apresentamos a síntese das relações entre mídia e representação pública da ciência, falando de uma das linhas da subjetividade contemporânea, a do “indivíduo somático”, resultado da pesquisa que fizemos com o apoio do CNPq, e de uma segunda forma, mais insidiosa, que aparece como a relação complementar entre o novo homem empreendedor de si mesmo e a indústria midiática de autoajuda, especialmente na sua versão literária.

**Palavras-chave:** biopolítica; subjetividade; mídia; autoajuda; liberalismo

**Abstract:** *Biopolitics, media and self-help: secret or symptom?* – The relationship between media and biopolitics has been examined exhaustively, above all insofar as it concerns the world agenda-setting established by the information media. In this paper we present two complementary aspects. The first is a synthesis of the connection between media and the public representation of science, in which we identify one of the lines of contemporary subjectivity as that of the “somatic individual,” which is a result of our research funded by CNPq (Brazil). The second aspect, more subtle, is the complementary relationship between man as his own entrepreneur and the mediatic industry of self-help, particularly in its literary version.

**Keywords:** biopolitics; subjectivity; media; self-help; liberalism

## Apresentação

Criar um conceito, cartografar o universo da sua presença, valer-se dele para pensar a nossa atualidade no seu modo especial de habitar o tempo, isto é, nos diálogos que mantém com sua memória e seus projetos, é certamente aquilo que dá à filosofia sua função mais fundamental.

Desmistificar as evidências, produzir fraturas no presente, identificar como intoleráveis os processos de exclusão naturalizados pelo cientificismo quando este esconde sua faceta interessada e política, apresentando-se como porta-voz de verdades inarredáveis, pode ser o projeto político da filosofia, se ela for uma força a serviço da resistência ao assujeitamento.

Fazer uma genealogia cuidadosa que decifre o conjunto de forças envolvido nos conflitos vividos no campo radical da nossa empiria, assim como no das nossas teorias interpretativas, integrando nas suas narrativas as rupturas e os deslocamentos de ideias, comportamentos e realidades, é o ofício do historiador, sobretudo na sua influência nietzschiana, se toda história puder ser extemporânea, isto é, puder “agir no tempo, sobre o tempo, a favor, eu espero, de um tempo por vir” (NIETZSCHE, 1976).

Foucault é certamente o pensador que fez da sua reflexão a união acabada destas três posturas: foi um filósofo, um pensador político e um historiador. E foi o cruzamento dessas suas três facetas que o levou a propor o conceito de biopolítica, nas últimas páginas do seu primeiro volume da *História da sexualidade*, onde a homenagem a Nietzsche aparece no título, *A vontade de saber*, muito próximo da vontade de verdade e pensado como relação com a vontade de potência nietzschiana.

Ele define biopolítica como o momento em que o biológico se inseriu no político, fazendo ingressar a vida no domínio do cálculo, constituindo um saber-poder como agente das transformações da vida humana. É o momento em que o antigo direito de causar a morte foi substituído pelo poder sobre a vida em todo o seu desenrolar. Datando o seu surgimento no século XVII, Foucault identifica nesse momento dois eixos complementares: o primeiro, centrando-se sobre o corpo como máquina, busca treiná-lo visando o crescimento tanto da sua utilidade quanto da sua docilidade, no que classificou como o dispositivo disciplinar, uma anatomopolítica dos corpos. O segundo surgiria um pouco mais tarde, em torno da metade do século XVIII e concentrou-se no corpo da espécie, naquilo que chamou do corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos, ou seja, os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde, com todas as condições de suas possíveis variações. A esse polo chamou de biopolítica das populações, que, associado com o anteriormente citado da disciplina dos corpos, montava uma tecnologia de poder de duas faces: anatômica e biológica, individualizante e especificante.

É quando, nas suas palavras, algo de diferente e radical acontece: “O homem durante milênios permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disto, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, 1980, p. 176).

Sendo também um acurado historiador, Foucault vai identificar no interesse que o século XIX investiu no sexo a conjunção dos dois polos, o interesse pelo corpo individual e a atenção à regulação das populações. Não fica muito difícil visualizar o surgimento de movimentos eugenistas justificando-se a partir de argumentos científicos.

## O conceito de dispositivo

Quase poderíamos dizer que o conceito de dispositivo nasceu como derivação da noção de biopolítica. Foucault o emprega para falar do “dispositivo da sexualidade” e é

numa entrevista com o título esclarecedor de “Sobre a história da sexualidade”, concedida logo depois da publicação de seu livro, que ele propõe tanto o sentido quanto a função metodológica do dispositivo (FOUCAULT, 1979, p. 245-249).

Nessa entrevista elucidativa, Foucault afirma que o conceito de dispositivo engloba, pelo menos, três sentidos que se relacionam: uma rede de elementos heterogêneos englobando discursos diversos, instituições, proposições filosóficas, enunciados científicos, construções arquitetônicas, leis, normas em geral; o segundo sentido se interessa pela natureza da relação entre esses elementos e, finalmente, o terceiro representa a resposta histórica a uma urgência. Aí se reconhece uma função estratégica pertencente a todo dispositivo.

É preciso que se ressalte ainda que os elementos componentes do dispositivo travam uma luta constante: ele é repleto de assimetrias, confiscos, produções de sentido e mobilidades de toda ordem. Também está visceralmente exposto ao fator temporal, e é caracterizado tanto pela heterogeneidade dos elementos já mencionada quanto pela batalha que travam no tempo. É isso que permite que o dispositivo se distinga de uma simples ideia de “contexto histórico” ou mesmo do conceito de episteme, explorado pelo mesmo Foucault nos primeiros trabalhos.<sup>1</sup>

A ideia de que as relações de força de um dispositivo estão em perpétuo desequilíbrio é explorada por Deleuze em *O que é um dispositivo?* (1984). O texto é de 1989. Manter esta data em todas as ocasiões. Nesse texto, Deleuze desenha a imagem de um novo luminoso formado por linhas móveis de naturezas heterogêneas, sujeitas a derivações e variações de direção. Essas linhas formam vetores, que são aquilo que se vê: as enunciações formuláveis, os sujeitos produzidos etc. A leitura deleuziana do dispositivo englobaria quatro regiões: *as linhas de visibilidade*, que dizem respeito às condições de possibilidade do que se vê; *as curvas de enunciação*, que tratam daquilo que se pode dizer; *as linhas de força*, que de certo modo ratificam as anteriores ao operar idas e vindas entre o ver e o dizer e, dessa forma, podem ser vinculadas diretamente ao domínio do saber-poder; e, por fim, *as linhas de subjetivação*, quando a linha de força não entra em relação com outra força diferente dela mesma, quando ela afeta a si própria, escapando tanto aos saberes estabelecidos quanto às forças constituídas, produzindo uma forma nova. Portanto, analisar um dispositivo é como desembaraçar um novo de linhas luminosas.

Dessas linhas de subjetividade Foucault havia falado pouco: parecia estar sujeitando-as completamente ao diagrama do saber-poder. Foi apenas quando os volumes seguintes da *História da sexualidade – O uso dos prazeres* (1984) e *O cuidado de si* (1984) – vieram à luz, com um recuo temporal que levou Foucault a buscar na experiência grega um momento em que os homens constituíram uma “técnica de si” que, (que vemos surgir a questão da subjetividade como a constituição do sujeito moral). Esse será nosso gancho

<sup>1</sup> Para Foucault, se fosse necessário relacionar a episteme ao dispositivo, dir-se-ia que a episteme seria um dispositivo discursivo apenas. É um dispositivo incompleto, portanto. Cf. “Sobre a história da sexualidade” (FOUCAULT, 1979).

para introduzir, muito em brevemente, o fenômeno da autoajuda como protagonista nada desprezível na constituição dessas linhas de subjetividade ou, pelo menos, como forma de cerzir e costurar os dilemas humanos nascidos no mesmo movimento histórico-econômico que fundou a biopolítica.

## Mídia, ciência e biopolítica

Foucault não escreveu grandes textos sobre a mídia. Referiu-se a ela, sem propriamente problematizá-la, em *Vigiar e punir* (1976) e em alguns textos esparsos da *Microfísica do poder* (1979), além de tê-la incluído entre os seus intoleráveis, ao lado dos asilos e das prisões.

No entanto, ele ensinou de todas as maneiras e em todos os textos uma pedagogia da leitura, dos textos como dos traços (constituintes ambos da materialidade dos discursos), cuja regra número um era a de desnaturalizar as evidências, cartografando os jogos de força que se fazem presentes, e, em seguida, propôs o que ele chamou de rarefação, sua maneira de compreender e mencionar a dinâmica dos jogos de exclusão. O que é que não aparece quando uma forma determina uma configuração?

Impossível não relacionar esse princípio de rarefação, assim como os jogos de exclusão, à sua percepção da presença e da ação da mídia. É bastante evidente o agendamento realizado pela mídia em geral: associando o que é atual ao que é de “interesse geral” (TARDE, 1992, p. 93) ela produz a generalidade de tal interesse e a si mesma como a leitura comum da atualidade.

Assim, se Foucault pouco escreveu sobre ela, analisando os jogos de verdade e propondo uma criativa e crítica análise dos discursos, ele não cansou de, quase à exaustão, apontar as relações fundamentais entre as formas do saber e as formas do poder, estabelecendo o que nomeou de jogos de saber-poder, nos quais a mídia certamente se enquadra.

Nosso projeto neste artigo é exatamente o de explorar duas relações entre mídia e biopolítica. A primeira liga-se a uma trajetória que estamos cumprindo há alguns anos e que concerne às relações complexas e interessadas entre mídia, divulgação científica e representação pública das ciências, que apareceu no nosso universo de pesquisa motivada pelos trabalhos de vários interlocutores ou propagadores do pensamento foucaultiano, como Nikolas Rose, Paul Rabinov, Francisco Ortega, Robert Castel, Giorgio Agamben, entre outros.

Partimos de duas premissas: o prestígio das biotecnologias hoje, como lugar privilegiado do jogo entre futuro e limites e uma perceptiva medicalização da sociedade, resultado de uma associação entre a indústria farmacêutica e as pesquisas científicas, de um lado; de outro, a apresentação de crises climáticas e econômicas como contraponto produzido no mesmo universo de um segundo momento do capitalismo.

A segunda relação entre mídia e biopolítica talvez seja menos evidente, mas certamente não menos verdadeira; é a que vislumbramos entre as linhas de subjetividade nas suas articulações com o universo do saber-poder e o fenômeno da autoajuda, presente não apenas na quantidade de livros dedicada ao tema, com tiragens estratosféricas, como

também em grande parte das matérias de comportamento das revistas informativas, reportagens de revistas científicas, sucessos cinematográficos como o filme *O segredo* e certas práticas sociais que estão se difundindo, dentre as quais o sucesso mediático da Cabala é um colorido exemplo.

## Mídia, ciência e representação pública

Buscando uma reflexão sobre a representação pública das ciências e das tecnologias mostrou-se necessário, desde o início, por uma questão de precisão conceitual, cotejar a representação pública das ciências e a divulgação científica, que não funcionavam mais como expressões sinônimas, com a biopolítica contemporânea.

Qual seria a diferença? Para o que nos interessa, pensar a divulgação científica é um esforço de produzir inteligibilidade ao mundo, pela transmissão de informações, com o objetivo de compartilhá-las. De certa maneira é a construção de um mundo compreensivo e comum. Já a representação pública da ciência e da tecnologia se elabora gerando um ambiente público, numa mediação que distribui papéis, nos quais se apresentam um conjunto de atores que inclui imediatamente a presença dos cientistas, do Estado, da mídia – especializada, informativa e de divertimento – e da população. Sua tarefa consistiria, em termos ideais, em participar das escolhas, das prioridades, das decisões sobre o que é prioritário, que tipo de efeitos sociais acarreta, como gerenciar e distribuir recursos e que regulação jurídica e ética tal ou qual procedimento científico propõe.

Dois exemplos fáceis para a compreensão são os transplantes e o uso das células-tronco embrionárias. Caberia aos divulgadores tornar esses conceitos compreensíveis e explicar que tipo de diferença representariam na história da ciência. Mas é na arena da representação pública da ciência que portadores de distrofia muscular, seus parentes, associações ligadas a essa ou outras patologias, médicos, sociólogos, políticos, religiosos, mídia e população vão travar seus embates, elaborar leis e pressionar decisões.

Parece-nos que essa noção tem importância radical no mundo contemporâneo; estamos diante de transformações que nos conduzem à mais importante das questões que deveremos enfrentar: a de resolver se desejamos ser o ápice da experiência humana histórica, o que implica conter e/ou proibir certas pesquisas e certas experiências, ou se queremos ser apenas um degrau, não o último, da evolução das espécies, o que suporia outro comportamento.<sup>2</sup>

Assumindo que a diferença também é uma complementaridade, e que a biopolítica também regula essa confluência, é preciso buscar as conexões e articulações que a divulgação científica e a representação pública da ciência provocam na compreensão da ciência e na recepção das mensagens, como também na maneira como o mundo social

<sup>2</sup> Vários autores têm a segunda premissa como novo modelo de política. No nosso entender, o mais representativo destes é Peter Sloterdijk que desde 2000, com o seu *Regras para o parque humano*, apontava essa direção.

habita o tempo e constrói suas expectativas, seus temores e suas experiências de cidadania e contemporaneidade.

A hipótese inclui um recorte temporal e um recorte teórico que pode ser esboçado da seguinte maneira:

- a) A representação pública das ciências e das tecnologias na construção iniciada na década de 1980 e reforçada nos anos 1990 apresenta um conjunto de ligações e alianças que dão sustentação e força aos fios interligados: a mídia ganha prestígio e dimensão de seriedade e de contemporaneidade já que a ciência é, na nossa tradição cultural, o modelo do conhecimento verdadeiro e a tecnologia é a manifestação da sua eficácia; por outro lado, a ciência e a tecnologia ganham a divulgação necessária para conservar seus lugares de prestígio político e cultural e justificar suas demandas de investimento. Do casamento das duas nasce uma biopolítica centrada na relação da informação com a gestão de riscos.
- b) A reflexão, sustentada por uma bibliografia teórica e crítica da história das ciências, dos nascentes estudos científicos e da teoria da cultura, aponta duas direções opostas e quase paradoxais: no caso dos humanos pensados em sua singularidade, o que encontramos são matérias muito otimistas, que quase conseguem prometer, se não a eternidade, algo bem próximo dela; se não a erradicação do envelhecimento, seu crescente afastamento nesse universo em que vida biológica e cronológica não precisam mais se corresponder; no caso do meio ambiente, ao contrário, o tom é quase sempre próximo do anúncio da catástrofe, sugerindo uma iminente morte da espécie.

Parece estar em construção um *narcisismo técnico-científico*, que promete muito a quem gerir bem o seu capital informativo e os cuidados com o próprio corpo e, no entanto, ao mesmo tempo, ameaça esse indivíduo com o risco que vem do outro: violência e terrorismo, entendidos como manifestações dos riscos das alteridades sociopolíticas, e desastres ecológicos, produtos de uma natureza enfurecida com as intervenções da cultura tecnológica predadora.<sup>3</sup>

## Quadro histórico-político das ciências

Sabemos que existe uma história das ciências, mas o que nos interessa aqui é desenhar um quadro que dê conta da alternância no campo das ciências do lugar de prestígio histórico político. Sendo muito breves, podemos dizer que a Primeira Guerra Mundial foi, com seus gases, a guerra da química. A Segunda Guerra Mundial foi certamente um momento

<sup>3</sup> Essa é a síntese de uma pesquisa que desenvolvemos nos últimos anos com o apoio do CNPq. Para ver com mais detalhes, Tucherman e Cavalcanti (2008), Tucherman, Cavalcanti e Oiticica (2010a, 2010b) e Tucherman e Saint-Clair (2009a, 2009b).

de duas escandalosas vitórias: a primeira foi a demonstração do poder de destruição das bombas nucleares que explodiram em Hiroshima e Nagasaki, produzindo não apenas uma destruição de proporções inimagináveis, como também um imaginário que acompanhou toda a Guerra Fria, que a sucedeu: a ideia de que um presidente norte-americano ou soviético poderiam fazer o mundo explodir apenas apertando um botão esteve presente no nosso cinema, nos seriados e nos nossos temores, sempre alimentados pela mídia. A corrida espacial, cuja primazia era disputada entre norte-americanos e soviéticos, centrava-se nas descobertas e promessas da física, portanto sede do jogo de poder.

A segunda vitória, mesmo tendo sofrido uma derrota final, foi a do planejamento que cercou o Holocausto, por mais que isso possa nos escandalizar. Ele demonstrou uma racionalidade eficaz, capaz de resultados rápidos a um custo muito baixo: foi possível eliminar 6 milhões de judeus, outros milhões de homossexuais e ciganos, fora homens, mulheres e crianças pertencentes às nacionalidades envolvidas no conflito, com pouquíssimo gasto, ainda tendo sido possível realizar experiências científicas que produziram um aumento do conhecimento sob condições impensáveis para qualquer modelo ético ou moral.

Os anos 1960 foram o momento em que uma nova associação mudou radicalmente não apenas o percurso de um campo científico, mas também a própria compreensão do que seria o seu novo estatuto: foi quando as ciências da vida ocuparam o lugar de destaque, graças à presença de três fatores especiais. O primeiro foi a associação da pesquisa biológica com a indústria farmacêutica, ou seja, a entrada visceral da lógica do capital no processo da pesquisa, que trouxe como resultado não apenas os novos fármacos mas também, como é evidente, as novas doenças e os seus doentes. Afinal, quem diria nos anos 1950 que depressão era uma doença universal e o deprimido, a sua expressão? Indo além, vimos acontecer também uma reorganização de poderes e várias responsabilidades relativas à vida humana, que eram tarefa do Estado. Providências foram distribuídas entre companhias privadas como clínicas de fertilidade e campanhas de mídia biotecnológicas, que são reguladas por lógicas empresariais de orçamento e lucro.

O segundo fator foi o nascimento do projeto Genoma Humano, o mais ambicioso de todos os projetos já propostos no campo das ciências. Seu efeito mistura aquilo que de fato foi desvendado com um imaginário que espera desse projeto a cura de todas as doenças humanas, o afastamento da velhice e mesmo a erradicação da morte. Lembremos que o projeto Genoma é associado à engenharia genética, que pretende alterar a vida tal como a conhecemos, de tal maneira que pensadores como Paul Rabinov (1999, p. 141) falam numa biossociabilidade descrevendo que o resultado dessa posição recente das biotecnologias fará com que a engenharia genética distribua termos de identidade e lugares de restrição, inaugurando uma eugenia com outra face.

O último fator concerne a uma antiga aposta ocidental: a de que ver é conhecer e a uma utopia construída no caldo do iluminismo, a da transparência como o lugar radical da democracia. Na verdade, desde o surgimento da radiografia em 1895, os investimentos nos dispositivos de visibilidade fizeram surgir as endoscopias, as ultrassonografias, as ressonâncias

magnéticas e, atualmente, os pet-scans, que superaram o último limite que Merleau Ponty tinha visualizado para a fenomenologia: jamais poderíamos ver nosso cérebro pensando.

Esse conjunto de transformações tem duas consequências muito importantes. Em primeiro lugar, geram uma nova experiência:

Os indivíduos vêm à experiência de si mesmos em novos modos de criaturas biológicas, de seres biológicos; sua existência vital se torna foco de um campo altamente complexo de conhecimento e um território em expansão para exploração bioeconômica, demandando uma nova ética. [...] Minha análise se refere não ao que os seres humanos são, mas ao que eles pensam que são, porque tipos se tomam e há aí a sugestão de um indivíduo somático. (ROSE, 2007, p. 25)

Podemos talvez considerar essa a primeira forma de subjetividade que as linhas de poder-saber do nosso mundo contemporâneo estão produzindo como nossa forma de presença.

Nesse universo, o desenho de futuro tem expectativas muito poderosas: além da conquista de uma longevidade extensíssima, a entrada num século governado pelas políticas biotecnológicas faz imaginar que pessoas cujas qualidades e capacidades se fizessem necessárias poderiam ser fabricadas por demanda, assim como faz esperar que a nova geração de psicofármacos venha a poder rapidamente nos habilitar a desenhar, segundo nossos desejos, nossos humores, emoções, desejos e inteligência. Desnecessário frisar que esse novo mundo não seria acessível a todos. Também convém lembrar o risco de concentrar poderes de decisão sobre quem deve ou merece existir nas mãos de técnicos, reformadores ou políticos.<sup>4</sup>

## O fenômeno da autoajuda

O primeiro livro que conhecemos ligado diretamente ao gênero de autoajuda foi escrito por Samuel Smiles em 1859 e tinha como título *Self-Help*. A mensagem transmitida pelo seu autor, um reformador político inglês, acentuava que qualquer pessoa deveria buscar seu objetivo de maneira rigorosa, empregando seus próprios esforços e sem depender de qualquer tipo de amparo oficial ou privado. Dentro da lógica de um “*self made man*”, a argumentação de Smiles é que mesmo as melhores instituições não podem fornecer ao homem uma ajuda efetiva. Talvez o máximo que devam e possam fazer seja deixá-lo livre para desenvolver a si mesmo e melhorar sua condição individual.

Portanto, segue o autor, as verdadeiras revoluções acontecem na mente das pessoas, e o progresso, grande mito da modernidade, é compreendido como tendo o mesmo sentido temporal, agora individualizado: a seta do presente para o futuro define o aperfeiçoamento. Curiosamente, para exemplificar seu ponto de vista, Smiles usou histórias de figuras notáveis buscando demonstrar que tudo é possível para quem tem a ousadia de tentar e

<sup>4</sup> Difícil não pensar em Deleuze e Lazzarato sobre o que entra e o que é excluído, o *dehors* como resíduo.



a perseverança de se dedicar. Seu favorito foi Benjamin Franklin, cuja autobiografia era, para Smiles, a mais cabal demonstração de sua teoria.

Assim, curiosamente, o próprio Smiles faz recuar a datação sobre o primeiro texto de autoajuda, uma vez que a autobiografia, escrita em duas etapas, em 1771 e em 1784, aponta para outro momento histórico e econômico. Na sua esteira, e buscando provavelmente sofisticar esse gênero literário, dando-lhe um lastro cultural mais sólido, vários dos autores de autoajuda e seus comentadores apontam em textos fundadores da nossa experiência, como a *Bíblia*, o *Bhagavad-Gita*, parte do épico hindu *Mahabarata* ou o *Tao Te Ching*, a mais antiga reflexão sobre o taoísmo, a origem do que chamam da ética da autoajuda.

No mesmo movimento, apontam uma significativa aproximação com a filosofia epicurista e estoica, da qual recolho um exemplo em um valioso auxiliar: o livro *50 clássicos de autoajuda; 50 livros inspiradores para transformar sua vida*, de Tom Butler-Bowdon, publicado pela editora Sextante.<sup>5</sup> O guru selecionado é Marco Aurélio, o imperador, aluno de Sêneca, e o texto são as suas *Meditações*, do século II.

Adepto da filosofia estoica, o imperador não se deixava abater pelas dificuldades da vida [...] o estoicismo ensinava que os seres humanos deviam se submeter às leis do universo e enfatizava o dever, a abstenção do prazer, a razão e o destemor da morte. Os estoicos assumiam plena responsabilidade sobre suas ações, professavam a independência do espírito e buscavam o bem maior. Como se não bastasse, os estoicos tinham uma perspectiva internacional e acreditavam na fraternidade universal. Ou seja, se visse nos dias de hoje, Marco Aurélio estaria bastante à vontade como membro das Nações Unidas e outras instituições internacionais em prol do esforço cooperativo. (BUTLER-BOWDON, 2003, p. 177)

E o que seria a ética de autoajuda descrita pelos seus autores? Fazendo um apanhado geral, a autoajuda pretende mudar sua vida, modificando seus pensamentos e seus hábitos mentais. Significa dizer que os escritores de autoajuda reconhecem que existem desastres e contratempos, adversidades e perdas na realidade de cada um. Mas eles consideram que, mesmo quando uma situação é adversa, sempre é possível determinar o impacto dela nas nossas vidas, isto é, podemos decidir o que pensar, não permitindo que o ambiente ou o destino determinem o nosso caminho.

Nesse sentido, a literatura de autoajuda seria uma literatura de possibilidades, focada no princípio de que é a sua vez de agir para transformar a si mesmo e ao mundo, identificando a meta que se quer atingir. Os títulos já indicam essa opção, bastando citar alguns dos mais conhecidos: *Como fazer amigos e influenciar pessoas*, de Dale Carnegie (1936), traduzido em várias línguas e um dos maiores best-sellers do gênero; *As sete leis espirituais do sucesso*, de Deepak Chopra (1994), que já alcançou a marca de 20 milhões

<sup>5</sup> A Sextante é a mais importante editora de livros de autoajuda no Brasil. Distribuindo em bancas de jornal, que cobrem o Brasil de norte a sul, tem entre seus títulos *O monge e o executivo*, de James Hunter, que ocupa a lista de mais vendidos há várias semanas e já ultrapassou a tiragem de 2,5 milhões de exemplares vendidos no país.

de livros vendidos, sendo 1,8 milhão no Brasil; *Os sete hábitos das pessoas altamente eficazes*, de Stephen Covey (1989), que foi traduzido para 32 línguas e vende em média 1 milhão de exemplares por ano; e *Desperte o gigante interior*, de Antony Robbins (1991), cujo autor é também consultor pessoal de presidentes, líderes empresariais e desportistas famosos, frequentador assíduo das telas da tevê.

Duas noções são razoavelmente constantes nesse decálogo que tem o “Pense positivo” e o “É sua vez de agir” como princípios. A primeira se refere ao fato de que a história prova que as instituições e as comunidades desmoronam e o indivíduo fica exposto: por isso precisamos saber mais sobre nós, estarmos consciente de como administrar a mudança e ter planos para nossa vida que só dependam da nossa iniciativa, criatividade, ousadia e dedicação.

A segunda, mais sutil, afirma que amamos a liberdade, mas nos assustamos com as necessidades e com o âmbito das escolhas. Portanto, precisamos saber efetivamente o que queremos e onde buscar o que queremos para não desperdiçar forças e tempo. Autoestima, livre-arbítrio e determinação seriam as palavras-chave.

No conjunto, mesmo fazendo aqui uma apresentação muito panorâmica, a autoajuda tem duas concepções diferentes, que implicam direções diferenciadas. A primeira supõe a existência de uma alma imutável dentro de nós, que nos ajuda e guia, fazendo do autoconhecimento o caminho para a maturidade. Essa crença aproxima bastante a literatura de autoajuda de outro gênero que podemos chamar de místico ou exotérico e que não por acaso aparece ao lado da autoajuda nas listas de mais vendidos de revistas informativas como a *Veja*.

A outra concepção presume que o indivíduo é uma folha em branco, na qual ele pode escrever a própria história. Por analogia, podemos dizer que essa concepção se aproxima de uma psicologia motivacional ou de uma filosofia pragmática, simplificados certamente os seus pressupostos. Isso explica, a meu ver, a associação da autoajuda com as biografias de homens e mulheres que souberam construir suas vidas e fazer a diferença, tal como nos sugerem os autores.

O esportista ocupa nesse contexto um lugar de destaque. Enquanto a ginástica coletiva é um exemplo de disciplina, necessário à sociedade industrial, o esporte é uma escola de audácia, energia e vontade perseverante. É um universo que apresenta uma visão nova da saúde, uma nova convicção, uma direção que não se vincula a um passar da não saúde para a saúde, mas aperfeiçoar a saúde num crescimento indefinido.

Analisada mais de perto, a autoajuda pertence à cultura de massa do século XX. Por um lado se pulveriza em mil e um formatos, misturando-se a gêneros literários diversos, incluindo os de ficção e os de divulgação científica, uma das suas associações mais exitosas, bastando ver o sucesso do filme e do livro *O segredo*, de Rondha Byrne, que vendeu em um ano 2 milhões de DVDs e 6 milhões de livros impressos. Incluindo cientistas e intelectuais nas suas entrevistas, Byrne reconheceu o lugar da ciência como o depósito imaginário de conteúdos verdadeiros em nossa atualidade. Associando-se com esse ambiente, deu ao seu segredo valor de verdade.

## Autoajuda e biopolítica

É importante retomar o texto do próprio Foucault, agora no curso que ministrou no Collège de France em 1978 e 1979 e que foi publicado como *O nascimento da biopolítica* (2004). Foucault faz questão de afirmar que é necessário pensar no liberalismo para entender o nascimento dessa política da vida. Acrescenta, contudo, e isso é crucial para o nosso tema, que no liberalismo também vamos encontrar uma teoria do homem econômico, mas aí o homem econômico não é mais o parceiro das trocas. O *homo oeconomicus* é um empreendedor, e mais: um empreendedor de si mesmo.

Ele identifica neste liberalismo o contexto em que esse empreendedor de si mesmo deve ser seu próprio capital, seu próprio produtor, sendo para si mesmo a fonte da sua renda. Ora, esse capital humano seria constituído, ao mesmo tempo, de elementos inatos e adquiridos. No caso dos elementos inatos, isto dá vazão a um enorme interesse pelo campo do hereditário, incluindo claramente o cálculo de risco capaz de conduzir a uma genética racista e a projetos eugenistas, já que apenas os triunfos da engenharia genética poderão superar, se o puderem, os limites do inato.

Quanto aos adquiridos, ou seja, a premissa de expandir o capital humano, valem os investimentos educativos dirigidos à formação de competências, capazes de produzir indivíduos motiváveis e flexíveis. E se torna necessário o cálculo dessas competências, cuidadoso em se apreciar como valor e evitar a sua depreciação.

Então viver se torna uma operação de marketing: uma estratégia de valorização de si, de aumento da autoestima a partir de condutas valorizantes e escolhas estratégicas. Como mobilizar condutas possíveis e desejáveis, seria a pergunta decorrente? No nosso Ocidente tagarela,<sup>6</sup> através de narrativas competentes.

Eis aí a autoajuda, oferecendo conselhos, exemplos e certezas num fast-food emocional, em que são servidas porções calculadas de autoestima, liberdade, felicidade, saúde, bem-estar e realização. De uma coisa temos certeza: como produto, a autoajuda é um sucesso, talvez não de aperfeiçoamento de si, mas certamente de marketing.

## Referências

BOSCOV, Isabela; HOGAR, Silvia (2009). O poder da autoajuda. *Veja*, São Paulo, edição 2141, 2 dez. p. 140-149.

BUTLER-BOWDON, Tom (2003). *50 clássicos de autoajuda: 50 livros inspiradores para transformar sua vida*. Rio de Janeiro: Sextante.

DELEUZE, Gilles (1989). Qu'est-ce qu'un dispositif? In: FOUCAULT, Michel. *Rencontre internationale*, Paris, 9, 10, 11 janvier 1988. Paris: Le Seuil.

EHRENBERG, Alain (2010). *La société du malaise*. Paris: Odile Jacob.

FOUCAULT, Michel (1976). *Vigiar e punir*, Rio de Janeiro: Graal.

<sup>6</sup> Expressão de Foucault para falar na experiência ocidental centrada na transformação em discurso, em contraste com a postura de iniciação e de obtenção de mais prazer da ars erótica do Oriente.

- FOUCAULT, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1980). *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (2004). *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France, 1978-1979*. Paris: Gallimard-Seuil.
- MARTHÉ, Marcelo (2002). O alto astral da autoajuda. *Veja*, edição 1777, 13 nov. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/131102/p\\_114.html](http://veja.abril.com.br/131102/p_114.html)>. Acesso em: 19 nov. 2010.
- NIETZSCHE, F. (1976). *Considerações intempestivas*. Lisboa: Editorial Presença.
- ORTEGA, Francisco (2003). *O corpo incerto*. Rio de Janeiro: Garamond.
- PELBART, Peter Pál (2003). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.
- RABINOV, Paul (1999). Artificialidade e Iluminismo: da sociobiologia à biosociabilidade. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- RABINOV, Paul; ROSE, Nikolas (2006). Biopower today. *Biosocieties Revue*, Londres, n. 1, v. 2, p. 195-217.
- ROSE, Nikolas (2007). *The politics of life itself*. Princeton University Press.
- SALMON, Christian (2010). *Kate Moss machine*. Paris: La Découverte.
- TARDE, Gabriel (1992). *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes.
- TUCHERMAN, Ieda; CAVALCANTI, Cecília (2008). Um novo gênero cinematográfico: documentário catástrofe. *Revista Famecos*, n. 35.
- TUCHERMAN, Ieda; CAVALCANTI, Cecília; OITICICA, Luiza (2010a). Revistas científicas, mediações e retóricas: encontros e desencontros entre a mídia e o biopoder. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Imaculada Vassalo de; MARTINO, Luiz Claudio (Orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus. p. 271-292.
- \_\_\_\_\_. (2010b). Revistas de divulgação científica e ciências da vida: encontros e desencontros. *Revista Intercom*, v. 33, jan./jun.
- TUCHERMAN, Ieda; SAINT-CLAIR, Ericson (2009a). A somatização da subjetividade contemporânea: continuidades e rupturas. *Revista Logos*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 10-21.
- \_\_\_\_\_. (2009b). Turbinando cérebros, construindo corpos: sobre mídia, biotecnologias e eficácia. *Revista Interin*, Curitiba, n. 8, p. 1-10.
- VIGARELLO, Georges (2008). Estádios: o espetáculo esportivo da arquibancada às telas. In: COURTINE, Jean-Jacques (Org.). *História do corpo*. Petrópolis: Vozes. v. 3.

IEDA TUCHERMAN é professora do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRJ e bolsista de pesquisa do CNPq. É doutora em Comunicação pela UFRJ, com pós-doutorado no IRCAM – Centre Pompidou (Paris). É autora de *Breve história do corpo e de seus monstros* (Lisboa, Veja) e de vários artigos. É coordenadora do grupo de pesquisa Imaginário Tecnológico.

iedatucherman@gmail.com

*Artigo recebido em julho de 2010  
e aprovado em setembro de 2010.*